



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Ozana Tauana Fagundes da Silva

**A criança autista e sua inclusão escolar no Ensino Fundamental do
Município de São Gonçalo, Rio de Janeiro.**

São Gonçalo

2010

Ozana Tauana Fagundes da Silva

**A criança autista e sua inclusão escolar no Ensino Fundamental do
Município de São Gonçalo, Rio de Janeiro.**

Monografia apresentada à Faculdade de
Formação de Professores da Universidade do
Estado do Rio de Janeiro como requisito para a
conclusão do curso de Licenciatura Plena em
Pedagogia.

Orientadora:

Professora Mestra Vera Pereira Muniz

São Gonçalo

2010

Ozana Tauana Fagundes da Silva

**A criança autista e sua inclusão escolar no Ensino Fundamental do
Município de São Gonçalo, Rio de Janeiro.**

Monografia apresentada, como requisito parcial
para obtenção do título de graduação em
Licenciatura Plena em Pedagogia pela
Faculdade de Formação de Professores da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovado em _____

BANCA EXAMINADORA

Professora Mestra Vera Pereira Muniz

Departamento de Educação da
Faculdade de Formação de Professores/UERJ.

Professora Mestra Mariza de Paula Assis

Departamento de Educação da
Faculdade de Formação de Professores/UERJ

**São Gonçalo
2010**

AGRADECIMENTOS

A Deus por iluminar meu caminho e me dar forças para seguir sempre em frente nos momentos em que achei que a distância e o trabalho não fossem me fazer desistir.

Em especial dedico esse trabalho aos meus pais, Ozias Fagundes e Maria Pereira por todo amor, carinho, preocupação e por serem meus maiores incentivadores pra que eu chegasse até aqui.

Ao meu irmão Reginaldo Fagundes pelo apoio, amizade e por compreender minhas ausências quando necessário. Obrigado por você existir perto de mim.

A amiga Roberta Amaral por tudo que fez por mim, por toda sua compreensão, pela sua amizade e por todo tempo que se dedicou a me ajudar. A Você, Beta meu muito obrigado.

Aos meus grandes amigos, principalmente a amiga Michelle Puente, grande irmã que tive o prazer de conhecer durante a graduação que me ajudou e me acolheu em todos os momentos difíceis que passei durante o curso.

A Professora Doutora Vera Pereira Muniz por ter aceitado ser minha orientadora.

As professoras e orientadoras educacionais do Ciep 236 Djair Cabral Malheiros e da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Gonçalo – RJ, por terem sido tão solícitos o que me ajudou muito na realização dessa pesquisa.

Enfim, a todos que de alguma maneira contribuíram para a execução desse trabalho, seja pela ajuda constante ou por uma palavra de amizade.

A educação deve propiciar ao corpo e à alma toda a perfeição e a beleza que podem ter.

Platão

RESUMO

A legislação brasileira deixa bem claro que toda criança tem direito a educação. Sabe-se que todas as crianças são diferentes. O autismo é uma dessas diversas formas que uma criança pode ser. O autismo ainda é um mistério que intriga a família e professores e estimula cientistas a redor do mundo a sua definição. Pensar em como o ensino é oferecido a essas crianças tão especiais é tema dessa pesquisa. Como se dá a entrada e a permanência desses alunos especiais? Que caminhos são traçados e como essa modalidade vem sendo tratada no Município de São Gonçalo? Como escolas, professores, coordenadores e diretores vêem a inclusão desses alunos em suas classes? Tendo um leque de abrangências, também refletir as perspectivas educacionais pertinentes e mediante a um aluno com características tão especiais quanto o autista e uma conversa sobre a inclusão de crianças autistas em classes regulares de ensino fundamental observando a formação desses profissionais que trabalham na área. Essa pesquisa propõe a quebra de paradigmas e a aceitação desse desafio de rever sua práxis, renová-la e oferecer a todos os alunos, especiais ou não, uma educação igualitária e de qualidade.

Palavras-Chave: Autismo. Escola. Paradigmas. Reflexão. Inclusão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O AUTISMO.....	11
2. O PAPEL DA ESCOLA.....	16
3. ENTRANDO NAS ESCOLAS.....	21
4. A PESQUISA.....	23
4.1 CIEP236 Professor Djair Cabral Malheiros.....	26
4.2 APAE-SG (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais).....	32
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
6. BIBLIOGRAFIA.....	40

INTRODUÇÃO

A descoberta da família que sua criança tem autismo é uma experiência surpreendente e intrigante. Há tempos, pessoas com autismo eram colocadas em instituições pouco preparadas, com profissionais que ainda estavam procurando respostas sobre este misterioso espectro.

Apesar de o autismo ter demandado vários estudos e indagações, permanece ainda desconhecido por grande parte da população, alimentando conceitos e especulações a respeito de suas causas e características.

A constituição brasileira deixa bem claro que toda a criança tem direito a educação e hoje em dia sabe-se que com a escola e tratamento adequado, as crianças com autismo se desenvolvem, mesmo que de forma diferente das outras crianças.

Sendo assim, quais são os caminhos que a criança com autismo percorre até chegar à escola? Como se dá o encaminhamento desde sua matrícula até a entrada em sala de aula?

O recorte principal desta pesquisa se dá ao Autismo, a criança autista e sua inclusão nas Instituições de Ensino Fundamental, no Município de São Gonçalo, Rio de Janeiro, sendo que o interesse em desenvolvê-la partiu de um estágio na área de Educação Especial realizado na Associação Fluminense de Reabilitação, onde tive contato com crianças autistas.

Toda criança é diferente têm suas especificidades e características, e a escola, tem papel na superação de realidades trágicas, preconceitos e do desenvolvimento da capacidade de se conhecer. Pessoas com autismo são, antes de qualquer coisa, pessoas como todas as outras.

Nas palavras de Regina Leite Garcia:

São tão diferentes todas as crianças. Umas pobres, outras ricas. Umas católicas, outras evangélicas, outras que misturam crenças, umas pé no chão, outras no mundo da lua, umas euro descendentes, outras afrodescendentes, umas com deficiências físicas, todas diferentes, e todas crianças. (Garcia, 2002)

E todas essas crianças com características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem são únicas. Os sistemas educacionais devem levar em conta esta vasta diversidade e designar, implementar programas para suprir essa demanda, dando a relevância necessária a adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes.

Com isso, a escola tem o seu papel essencial no nível da educação, pois são elaboradas estratégias para que estes alunos consigam desenvolver capacidades de poderem se integrar com as outras crianças ditas "normais" e a qualidade de vida em sociedade.

O autismo é uma dessas diversas formas que uma criança pode ser. Descrito pela primeira vez em 1943 pelo Doutor Leo Kanner e com causas desconhecidas, podendo se manifestar desde os primeiros anos de vida ou em algum momento antes do três anos, atualmente popularizada, o autismo ainda surpreende pela diversidade de características que pode apresentar.

O autismo intriga e angustia as famílias nas quais se impõe. Por muitas vezes traz carga de isolamento social, dor familiar e exclusão escolar, pois a pessoa com a síndrome, geralmente, tem uma aparência harmoniosa e ao mesmo tempo um perfil irregular de desenvolvimento, com bom funcionamento em algumas áreas enquanto outras se encontram bastante comprometidas. É uma desordem na qual uma criança ou jovem não desenvolve relações sociais normais, se comportando de modo compulsivo e ritualista. Em muitos casos a sua inteligência normal fica comprometida podendo apresentar retardo mental.

Ultimamente não só vem aumentando o número de diagnósticos, como também estes vêm sendo concluídos em idades cada vez mais precoces. Por

ser um problema de tantas faces, as suas questões fundamentais vêm sendo reconhecidas com mais facilidade por um número cada vez maior de pessoas.

Com isso, a importância em desenvolver este estudo é investigar como alguns autores descrevem o autismo em sua parte clínica, refletir as perspectivas educacionais pertinentes e mediante a um aluno com características tão especiais e uma conversa sobre sua inclusão dessas em classes regulares de ensino fundamental, observando a formação dos profissionais que atuam na área.

Sabe-se que o conhecimento e boa formação da escola, de seus funcionários como diretores, professores, enfim, toda a equipe, sobre o espectro autístico se faz primordial. Percebendo que para começar a trabalhar numa classe inclusiva ou numa escola especial as primeiras barreiras a serem quebradas não são as arquitetônicas e metodológicas, mas sim o preconceito.

O autismo infantil corresponde a um quadro de extrema complexidade que exige que as abordagens sejam efetivadas, visando não somente a questão médica e a tentativa de estabelecer quadros clínicos, como também uma questão pedagógica e a familiar.

1. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O AUTISMO.

Não são poucos os trabalhos que falam sobre a complexidade em se conceituar e entender o que é o autismo, suas características e porque é ocasionado. Mas, o que é o autismo?

Apesar dessa pergunta não ser fácil de ser respondida, o autismo é considerado atualmente, por muitos estudiosos, como um distúrbio do desenvolvimento humano. Compreende a observação de conjuntos de comportamentos agrupados, apresentando sintomas como dificuldade de interação social recíproca e na comunicação verbal e não verbal.

Contudo, alguns conceitos nos ajudam a compreender sobre os transtornos já citados e entre outros também.

Distúrbio com bases neurobiológicas, de acordo com Schwartzman (2003) onde cita uma pesquisa realizada no Canadá por Bryson e col. em 1988, o autismo afeta cerca de aproximadamente 10 (dez) em cada 10.000 (dez mil) indivíduos, apesar de essas estatísticas variarem com cada autor, para a mesma pesquisa citada anteriormente, a maior incidência ocorre em pessoas do sexo masculino, isto é, os homens são os mais afetados. São quatro indivíduos do sexo masculino para cada um do sexo feminino (Mello, 2005).

O fato é que o autismo incide em famílias de diferentes etnias, crenças ou classes sociais e se apresenta como uma condição que se caracteriza por prejuízos nas áreas da comunicação, da interação social e do comportamento, em graus muitos variados de severidade.

Os diversos modos de manifestação do autismo também são designados de *espectro autista*, indicando uma gama de possibilidades dos sintomas do autismo. Hoje em dia já há possibilidade de detectar a síndrome antes dos dois anos de idade em muitos casos.

Suas causas são desconhecidas. Clinicamente, os distúrbios podem aparecer desde o nascimento ou simplesmente surgir em algum momento

antes dos três anos de idade. Proveniente de causas genéticas ou por síndrome ocorrida no desenvolvimento da criança, o autismo possui no seu espectro as incertezas que dificultam um diagnóstico precoce, mas com o progresso do paciente, ao passar do tempo, o sintoma pode se tornar mais leve.

Admite-se que o autismo seja parte de um conjunto de condições classificados como Transtornos Invasivos do Desenvolvimento, não podendo ser vista como uma doença específica, mas entendida como uma síndrome.

Este termo é originário do grego *autos*, que significa “de si mesmo”. Cunha (2009) afirma que esse termo foi empregado pela primeira vez por Paul Eugen Bleuler, um psiquiatra suíço que buscava descrever a fuga da realidade e o retraimento dos pacientes acometidos de esquizofrenia.

Afirma também que originalmente, esse termo se referia a um transtorno básico em esquizofrenia (outro termo lançado por Bleuler), mais especificamente, o estreitamento do relacionamento com as pessoas e com o mundo exterior, um estreitamento tão extremo que parecia excluir tudo, exceto a própria pessoa. Este estreitamento poderia ser descrito como um afastamento da estrutura de vida social para a individualidade.

O autismo foi descrito a partir das observações do Doutor Leo Kanner (1943) em um grupo de crianças que apresentava isolamento social, alterações na fala e necessidade extrema de manutenção de rotina. Segundo Ana Maria S. Ros de Mello (2005), este médico austríaco, residente nos EUA, publicou casos de 11 pacientes, em seu célebre artigo escrito originalmente em inglês “Distúrbios Autísticos de Contato Afetivo.”

Outro autor importante foi o também austríaco, Dr. Hans Asperger, formado em medicina em Viena que desde cedo optou pela pediatria e especificamente crianças com problemas psiquiátricos. Tanto as publicações de Kanner em 1943 e de Asperger em 1944 continham descrições detalhadas de casos de autismo, e também ofereciam os primeiros esforços para explicar teoricamente tal transtorno. Ambos acreditavam que desde o nascimento havia um transtorno básico que originava problemas altamente característicos.

O diagnóstico do autismo deve ser feito por um profissional com formação em medicina, especializado e com experiência clínica nessa área. Como não existem exames laboratoriais específicos para a detecção do autismo, o diagnóstico é realizado basicamente de avaliações do quadro clínico (história e observação do comportamento), instrumentalizado por escalas, critérios e questionários criados para esse fim.

A identificação do paciente dependerá, em parte, do grau de comprometimento (quanto maior o grau de comprometimento, mais cedo a identificação) e da sensibilidade dos pais da criança.

Somente desta forma é possível elaborar um plano de tratamento e aconselhamento do indivíduo e da família.

A avaliação torna-se um instrumento de identificação de alterações do desenvolvimento cognitivo e comportamental pela aplicação de testes desenvolvidos para descrever os aspectos funcionais dos pacientes. A tríade de comprometimentos (comportamento, linguagem e interação) pode ser correlacionada ao desenvolvimento cognitivo e neuropsicológico. Mousinho e Gikovate (2004) destacam que é freqüente a criança apresentar interesses pouco comuns como grande atração por objetos que rodam ou barbantes e caixas de papelão, frisando ainda os movimentos corporais repetitivos, como o balançar do troco para frente e para trás.

Autismo então é um distúrbio de desenvolvimento caracterizado por dificuldades e anomalias em diversas áreas: habilidades de comunicação, relacionamento social, funcionamento cognitivo, processamento sensorial e comportamento.

Schwartzman (2003) revela que estudos demonstram que aproximadamente de 10 a 15% de pessoas com autismo tem inteligência na média ou acima; 25 a 35% funcionam a níveis próximos a deficiência mental leve, enquanto o restante é portador de deficiência mental entre moderada e profunda.

A faixa de QIs¹ encontrados na população de pessoas com diagnóstico de autismo é bastante ampla; outra fonte de ampla variação é a distribuição de habilidades encontradas a nível individual. A maioria geralmente apresenta um padrão de relativa ou significativa importância em certos aspectos da memória, percepção visual ou talentos isolados (ex. desenho, ouvido musical absoluto).

Sendo assim, o tratamento só pode então ser iniciado após o perfil de funcionamento do paciente, buscando tornar o autista o mais independente possível.

Muitas das características encontradas no autismo são apresentadas também em outros distúrbios do desenvolvimento, tais como deficiência mental, distúrbios de aprendizagem e distúrbios da linguagem.

Para uma tentativa de melhor percepção do tema, defino autismo como um conjunto de déficits e não uma característica isolada.

Algumas dessas características observadas ao longo desse estudo comuns aos autistas são: Falta do conceito de sentido, a inability de dar sentido às suas experiências, não estabelecendo relação entre idéias e eventos, enfoque excessivo em detalhes, o apego a detalhes e a rotina, o interesse pelas partes de um objeto e não ao todo, a falta de concentração e inconsistência que apresenta em suas ações e atividades.

As pessoas com autismo, independentemente do nível cognitivo, têm relativamente maior dificuldade com conceitos lingüísticos simbólicos ou abstratos do que com fatos e descrições objetivas.

Outra característica observada é o fato de que é mais fácil para pessoas com autismo entender fatos ou conceitos isolados do que combinar conceitos, ou integrá-los com informações relacionadas entre si, particularmente quando estes parecem ser de alguma forma contraditória. Estes problemas estão

¹ Quociente de Inteligência. É assim que a capacidade das pessoas de pensar e resolver situações e problemas são medidas.

relacionados com a dificuldade global de integrar múltiplas informações. (Schwartzman, 2003)

O autismo não tem caráter progressivo, mas o desenvolvimento do quadro associado a fatores de idade e crescimento varia bastante. Alguns autistas apresentam um aumento nos problemas de comportamento principalmente ao entrar na adolescência e a maioria dos estudiosos acredita que ao atingir a idade adulta, o autista tende a apresentar melhora no quadro geral de comportamento e todos têm algum tipo de comprometimento da linguagem, o que é muito variável. (Cunha, 2009)

Apesar da grande maioria dos estudos afirmarem que não há cura para o autismo, sabe-se hoje que algumas técnicas comportamentais e educacionais trazem benefícios, uns grandes números de casos apresentaram níveis de recuperação satisfatório, ressaltando mais uma vez a necessidade de um diagnóstico precoce e o papel da escola, que é fundamental para a sociabilidade dessas crianças.

2. O PAPEL DA ESCOLA

Para mim, o utópico não é o irrealizável; a utopia não é o idealismo; é a dialetização dos atos de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante, por essa razão, a utopia é também, um compromisso histórico.

Paulo Freire

Em meados da década de 90, no Brasil, começaram as discussões em torno do novo modelo de atendimento escolar denominado Inclusão Escolar.

A Educação Especial originalmente se constituiu em modelo clínico. Os médicos foram os primeiros a perceberem a necessidade de escolarização deste público que se encontrava em hospitais psiquiátricos. A inclusão escolar de portadores de Autismo foi descritos a primeira vez há mais de 60 anos e hoje é impulsionada após a reforma geral da educação, na reestruturação do conceito da escola para todos os alunos. (MIRANDA, 2003)

O Decreto n° 6.949/2009 que ratifica a convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência/ ONU (Organização das Nações Unidas) especifica em seus princípios gerais o respeito pela dignidade, a autonomia individual, isto é, liberdade de fazer as próprias escolhas, a independência das pessoas e a plena e efetiva participação e inclusão dos deficientes na sociedade.

Na avaliação de Rosana Galt e Márcia Denise Pletsch (2004) a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino é hoje a diretriz principal das políticas públicas educacionais, tanto a nível federal, quanto estadual e municipal.

Há mais de uma década, o Brasil é tela de discussões sobre a inclusão. Porém a escola ainda se encontra nos primeiros passos para a efetivação dessa proposta.

Observando o âmbito federal, dentre outras iniciativas, o inciso III do Art.208 da Constituição Brasileira se refere ao atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências.

A Política Nacional de Educação Especial elaborada em 1994 (MEC/SEESP,1994), estabelece diretrizes da Educação Especial, como apoiar o sistema regular de ensino para inserção dos portadores de deficiências e a prioridade de financiamento de projetos institucionais que envolvam ações de integração, sendo reforçada posteriormente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) , Lei n°. 9394/96.

A Educação Especial recebeu maior destaque na LDB do que nas leis anteriores. Com referência ao artigo 58, percebe-se o ideário da lei a intenção de contemplar uma educação inclusiva, pois nela expressa que preferencialmente seja na rede regular de ensino, manifestando mais uma vez o propósito de incluir o aluno com necessidades especiais sempre que possível em classes comuns do ensino regular não se esquecendo do atendimento educacional especializado oferecido à parte, descritos no § 1°.

A palavra incluir significa inserir, fazer parte de um determinado grupo ou sociedade e a escola assume o fato de que é necessário incluir e também é a principal instituição para que esse verbo seja realizado.

A inclusão educacional é aqui entendida como uma política que garanta de fato o crescimento pessoal e sua efetiva integração na vida em sociedade para os alunos especiais incluídos e também é concebida como um conjunto de recursos que a escola regular precisa dispor para atender a diversidade de seus alunos surgindo como mediadora natural, nas palavras da Professora Doutora Maryse Suplino (S.l.: s. n., entre 2000-2010), “da interlocução Escola x Diferença, por ter como objeto e fundamento da própria existência da diferença.”

A escola tem papel importantíssimo nesse processo de socialização. Mas esse papel que a escola interpreta pouco se é esclarecido. Dúvidas sobre que dever é esse que a escola deve legitimar perante a sociedade não é raro

ao se tratar de um tema cheio de variantes e incertezas quanto à inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais.

O autismo tem demandado estudos e indagações ainda desconhecidos por parte dos educadores pelos seus diferentes níveis de gravidade, todavia é fundamental que a educação se volte para um currículo que saia das concepções de patologias e torne a prática pedagógica rica em experiências educativas.

Uma escola deve ser construída a partir do conhecimento da realidade. É primordial para uma prática educadora que ela conheça e aborde os saberes e seus tempos, bem como métodos de trabalho, na perspectiva das reflexões antes tecidas, valorizar os avanços e, contudo avaliar as lacunas existentes no projeto político pedagógico melhorando aquilo que pode ser melhorado e aos educadores, aptos a elaborar, incrementar e implementar situações de ensino que favoreçam a construção dos conceitos mais primários aos mais complexos.

Para tal, a escola precisa aceitar que as pessoas têm diferentes estilos de percepção, ritmos de processamento de informações e diferentes modos de expressar-se, admitindo também a existência de múltiplas culturas e padrões de comportamento.

Maria Elisa Couto Ferreira e Marly Guimarães (2003, p 107-120) ressaltam a importância de partir do princípio de inclusão escolar de todos, independentemente do seu talento ou de sua deficiência, para que isto se reverta em benefícios para os alunos, professores e sociedade geral.

Certamente essa não é uma tarefa simples, pois para oferecer uma educação de qualidade a todos os seus alunos, inclusive os educandos com necessidades especiais, a escola precisa se reorganizar. Seja sua estrutura arquitetônica e de funcionamento, metodologia e recursos pedagógicos, quanto principalmente, conscientizar e capacitar seus profissionais para essa nova realidade. Essa capacitação, não apenas dos professores, mas de todo o quadro de funcionários, o que ajuda no processo de entendimento dos comportamentos e quebra de preconceitos.

A LDB reconhece em seu artigo 59 a importância que se assegurem nos sistemas de ensino os recursos necessários para seu aprendizado e conseqüente inclusão, como professores com especialização necessária para o atendimento especializado e capacitado para a integração desses educandos em classes comuns e currículos, métodos e técnicas adequadas.

É com esse cenário que as escolas e educadores são convidados a pensar sob outra perspectiva, para provocar mudanças no tradicional modelo curricular e caminhar na direção de uma escola de qualidade social.

Apenas colocar uma criança autista em grupo não é socializar, não é incluí-la, é preciso uma intervenção adequada, que saiba como agir para que a interação necessária seja realizada.

Com isso, criança com sintomas do espectro autístico precisa desse contato natural com outras crianças, e o ideal que ela freqüente a escola regular para que esta faça a intermediação entre as questões sociais e de linguagem, demonstrando como participar das atividades sociais, como se relacionar com crianças de sua idade e o que se espera dela em cada situação.

De acordo com a Professora Maryse Suplino (entre 2000-2010), a proposta de educação inclusiva, citando o tratado da Guatemala, de 1991 e a Declaração de Salamanca, 1994, declara que todos os alunos devem ter a possibilidade de integrar-se a esse sistema de ensino regular, mesmo os com deficiências, sejam mentais, sensoriais, cognitivas e/ou os que apresentem transtornos severos de comportamento, preferencialmente sem defasagem idade série.

Faz-se primordial o entendimento da escola a respeito dos impactos que o espectro autístico produz que requer cuidados ininterruptos, atenção constante, atendimento e especializado e gastos financeiros. O aluno precisa se sentir acolhido, necessitando se encontrar na estrutura do ambiente, para se sentirem incluídos como o todo.

Para isso, a escola deverá adaptar-se para atender a esta realidade, às necessidades destes novos alunos inseridos em classes regulares e a urgência com que essa mudança deve ser implementada é evidente. A educação

inclusiva deverá entrar em prática numa escola efetivamente inclusiva, que busque ações que favoreçam a integração garantindo que o aluno especial possa freqüentar a escola com autonomia, participando das atividades e propostas curriculares como os demais.

Além disso, para desenvolver um processo de inclusão escolar efetivo, vale ressaltar a interação entre a instituição, o professor e equipe pedagógica “regular” da escola com os professores e demais profissionais da Educação Especial, assim também com profissionais que auxiliem no tratamento desse aluno autista, como psicólogos, fonoaudiólogos, especialistas na área da linguagem e comunicação, neuropediatras, entre outros.

O êxito dessa nova proposta educacional depende de uma série de mudanças de condutas e de valores apresentadas aos alunos que chegam. O princípio condutor deve ser sempre a de que escola boa é escola para todos os alunos, e agir para que a teoria se transforme em prática e em rotina, norteados por um trabalho contínuo, com paciência, amor e perseverança, visto o déficit do autista na comunicação verbal e não verbal.

Na perspectiva da educação Inclusiva, os conteúdos e métodos a serem trabalhados não apenas em classe, mas como um todo, não são apenas um fim em si, mas meio para o desenvolvimento das estruturas afetivo-cognitivas dos alunos.

A criança poderá até freqüentar uma escola voltada e adequada apenas para suas necessidades e características, mas está assegurada por lei a ter uma educação realmente inclusiva, em classes regulares, pública e com qualidade, para que se desenvolva socialmente, alcançando qualidade de vida e possibilidade de preparação profissional, mas em principal, uma educação voltada à autonomia do autista.

O início dessa proposta de educação inclusiva deve ser uma filosofia baseada em princípios democráticos e igualitários, da inserção e provisão de um ensino de qualidade para todos os alunos.

3. ENTRANDO NAS ESCOLAS

Na escola cada dia é diferente, cada criança a cada dia é diferente. O crescimento da escola pública e sua abertura para todas as classes sociais transformaram não só as condições do trabalho do professor, como também essa nova “clientela”, totalmente heterogênea e que não se ajusta a padrões pré estabelecidos.

Tudo fica ainda mais complicado quando a professora, que aprendeu em seu curso de formação de professores que a melhor turma é a turma homogênea, se põe a tentar transformar a heterogênea em homogênea, que é evidentemente impossível a qualquer grupo de alunos. (GARCIA, 2002)

Como antes sinalizado, é lei constituída que todos têm direito a uma educação igualitária de condições de acesso e permanência da escola, com plena liberdade para aprender e ensinar e principalmente, de se expressar. Educação essa que visa o pleno desenvolvimento do indivíduo, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Vivemos em uma sociedade democrática, e a democratização do ensino é a oportunização a todos, de um ensino de boa qualidade, de possibilitar a ascensão individual.

A escola precisa dar condições para que os alunos pensem, reflitam e tomem por si só suas próprias opiniões, uma educação para a autonomia tão mencionada em diversas literaturas. Nesse contexto, os professores também necessitam conhecer o que é a educação especial, a educação inclusiva, quebrando paradigmas anteriores.

É fundamental ao profissional estar atento, diante de tantas informações e aberto para seu tempo de reflexão sobre a práxis exercida, além de entender

a realidade inserida, contextualizar as questões e assim, contribuir efetivamente para o trabalho a se realizar.

Entre as incumbências aos docentes previstas na LEI 9.394/96 está zelar pela aprendizagem do aluno, isto então significa observar e empregar o melhor método a ser posto em prática para o melhor aprendizado de seus alunos.

Atitudes como procurar conhecer a legislação que garante a educação de pessoas com deficiências, exigir auxílio, estrutura, equipamentos, formação e informações da rede de ensino, pesquisa sobre a deficiência e a busca de uma estratégia de sucesso fazem suma importância no perfil de um educador realmente comprometido com a inclusão.

O aluno especial tem direitos e deveres como qualquer outro aluno, claro, com as certas limitações de sua deficiência, portanto, o direito a educação lhe é assegurado e sua negativa acarretará os rigores da lei.

Enquanto nos séculos XVIII e meados do século XIX, os indivíduos que apresentavam deficiência eram segregados e protegidos em instituições residenciais hoje o aluno precisa estar inserido em classe regular, então se acredita que este título de marginalidade imposto por preconceitos e no caso do autista, principalmente o desconhecimento tenha sido amenizado ou dissipado.

Ao longo da pesquisa pode-se notar que devido à realidade em sala de aula e despreparo das muitas escolas, esse grau de marginalização realmente foi “amenizado”, ou como ouvido em conversas de corredor, transferido, pois o aluno continuaria a margem, no que se diz respeito a seu desempenho escolar, tendo como único ganho a socialização da criança.

Uma escola não deve ser lugar de sofrimento ou preconceitos, por isso, gestores, supervisores, professores, funcionários precisam adotar posturas conscientes e coerentes com seu papel de educador, abrindo mentes e escolas para essa realidade e realizando o melhor para atender a todas necessidades.

4. A PESQUISA

O estágio dentro dos currículos dos cursos de formação de professores é uma etapa de extrema importância na tentativa por parte dos alunos a buscar um maior aprimoramento profissional.

O interesse em desenvolver essa pesquisa se deu em um estágio realizado na Associação Fluminense de Reabilitação (AFR) situado na cidade de Niterói, Rio de Janeiro.

Na AFR, tive contato com crianças autistas, avaliei o quanto eu mesma desconhecia sobre essa síndrome, e me interessei completamente em pesquisar quais as assistências necessárias para um aluno autista exerça seu direito a educação.

Segundo a própria descrição em endereço eletrônico da Associação:

“É um Centro de Reabilitação pioneiro no Brasil na aplicação de técnicas Multi e Interdisciplinares de terapias de Reabilitação e Medicina Física. É uma instituição que, desde sua fundação, empreende e dedica esforços por mais espaço, por mais recursos, por mais qualidade, pelo novo.” (www.afr.org.br)

A AFR é uma instituição filantrópica e oferece um serviço multidisciplinar de reabilitação à pessoa com deficiência, com o objetivo de alcançar sua recuperação, com o melhor desempenho físico, mental, social, vocacional, econômico, permitindo a sua integração social e exercício de plena cidadania, mas a criança não estuda ali.

O foco da minha curiosidade e pesquisa então se voltou a como a criança autista entra na escola.

A matrícula de um aluno autista é feita como qualquer outra matrícula, de qualquer tipo de aluno. Ele pode chegar à escola tanto encaminhada por algum local ou por sua própria família. Independentemente do laudo trazido a escola, a criança passa por um atendimento especializado no NAPS (Núcleo de Apoio Psicopedagógico) dentro da própria escola que é realizado por

pedagogos, psicólogos e fonoaudiólogos. Nesse primeiro momento é avaliado o aprendizado do aluno e a interação no convívio social.

A partir dessas avaliações, o aluno pode ser encaminhado então a outro colégio quanto para um tratamento externo, como o prestado pela AFR, que também realiza esses encaminhamentos para a escola quando algum paciente precisa de apoio escolar.

Não ficou totalmente esclarecido durante a pesquisa realizada e nos encontros com coordenadores e familiares se realmente todas as crianças autistas passam pelo NAPS.

O que se pode afirmar é que nas escolas de São Gonçalo, por exemplo, o NAPS funciona de forma itinerante. Seu pólo é no CIEP em que a pesquisa foi realizada (CIEP 236 Professor Djair Cabral Malheiros), mas a equipe se desloca até as escolas da região para fazer os acompanhamentos necessários. Importante dizer também que os pais podem ir diretamente ao pólo principal a procura de acompanhamento para seus filhos.

A Secretaria de Educação do Município de São Gonçalo, onde ficam as instituições realmente pesquisadas e observadas para essa monografia, vem demonstrando certo cuidado no que diz respeito a ações desenvolvidas no âmbito dos direitos a crianças com deficiências.

Oito escolas da rede municipal possuem o Programa Escola Acessível que garante a compra de tecnologias assistidas a alunos com necessidades educativas especiais.

De acordo com um informe publicitário² que circula nas redes de ensino de São Gonçalo, ainda existe o Programa Sala de Recursos, feito exatamente para atender crianças com necessidades especiais, complementando as aulas regulares, professores de apoio especializados acompanham essas crianças em sala em ação conjunta com a equipe pedagógica e curso de formação continuada de acordo com a necessidade de seus alunos especiais.

² “São Gonçalo cresce em Educação”. Informe Publicitário, 2010.

É através de observação e da participação e convívio com as atividades de todo um estabelecimento de ensino que se tem compreensão melhor da realidade educacional.

Esse trabalho esforça-se em trazer reflexões sobre as variantes que explicam o sentido. A proposta então é apresentar os caminhos de um aluno com espectro autístico encontra no seu acesso a escola e quais recursos para sua permanência, visto com uma educação de qualidade.

Utilizei para tal dois momentos importantes para a realização da pesquisa em questão. Um primeiro momento de inserção no CIEP 236 Professor Djair Cabral Malheiros, uma escola voltada totalmente para a inclusão de seus alunos, e também na APAE-SG (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), que atua no campo da educação inclusiva e promover a prevenção, reabilitação, habilitação, inclusão social e produtiva da pessoa com deficiência mental.

Em inserção nessas instituições para observação de como a prática é refletida, observei cenários e realizei pesquisas, entrevistas e preenchimento de questionários em ambas as instituições, de forma anônima para preservar a identidade dos profissionais a pedidos dos mesmos, e também dos alunos e familiares que aceitaram participar da pesquisa.

As instituições supracitadas fazem parte do mesmo bairro, Paraíso, localizados no Município de São Gonçalo, Rio de Janeiro.

4.1 CIEP236 Professor Djair Cabral Malheiros.

A história dos CIEPs (Centro Integrados de Educação Pública) vem da era Leonel Brizola (1983-1987 e 1991-1994), com uma proposta idealizada pelo antropólogo Darcy Ribeiro, com o objetivo de oferecer ensino público de qualidade, em período integral, aos alunos da rede estadual. (www.educabrasil.com.br)

Os governos que sucederam aos de Brizola não deram continuidade administrativa ao projeto, desvirtuando-lhe a sua principal característica: o ensino integral. Desse modo, as unidades construídas e operacionais tornaram-se escolas comuns, com o ensino em turnos. Alguns desses CIEPs foram municipalizados, isto é, passaram a ser administrados pelo município em que está implantado. Este é o caso do CIEP 236 Professor Djair Cabral Malheiros.

Uma escola acolhedora e aberta, esse é o sentimento que tive no meu primeiro contato onde a educação especial e inclusiva é trabalhada com bastante responsabilidade e carinho.

Sabe-se que para trabalhar com alunos especiais, é preciso quebrar barreiras, e as arquitetônicas estão entre elas. E assim, a escola em questão é pensada numa estrutura que englobe todos os tipos de pessoas que por ali possam frequentar, uma estrutura herdada pelo projeto inicial do CIEP.

A primeira questão a ser esclarecida é como um aluno portador do autismo pode ser matriculado e estudar ali.

Retomando mais uma vez a lei que rege a educação brasileira e garante o acesso a todos a educação e sua permanência na escola, em se tratando de educação especial, é garantido também, serviços especializados, sempre em função das condições específicas do aluno.

O 236 Professor Djair Cabral Malheiros atende a várias pessoas, não apenas autistas, mas cadeirantes, surdos, pessoas com níveis diferentes de deficiências mentais, entre outras necessidades. A escola é voltada totalmente

para um modelo de inclusão de pessoas. Para ser matriculado nessa escola, o aluno especial pode chegar tanto encaminhado por algum local ou a própria família pode fazê-lo.

Não só nesse Ciep, como em outro local, a matrícula de um aluno autista é feita como qualquer outra matrícula, de qualquer tipo de aluno, não podendo ser vetada ou recusada, como também é de direito a qualquer aluno.

De acordo com a Deliberação do CEE³ n° 253/2000 matrícula é o ato administrativo de inscrever indivíduos para cursar educação básica.

Para um aluno se matricular em alguma escola da rede de ensino no Município de São Gonçalo primeiro é preciso escolher qual é a sua escola de preferência, e se encaminhar até ela para realizar uma pré-matrícula, dentro do prazo estipulado pela secretaria, geralmente no fim do ano letivo.

Esta pré-matrícula nada mais é que uma espécie de cadastro, que consta o interesse em se matricular naquela escola, é enviada a Secretaria de Educação Municipal, onde é realizada a sondagem de vagas para a escola e a série (ano) desejadas. O último passo então é retornar a escola e efetivar a matrícula, também dentro de um calendário estipulado anteriormente, no início do ano decorrente, salientando que no caso de alunos especiais, o laudo médico pode ser entregue antes ou depois do processo de matrícula do aluno.

Matriculado, o aluno tem direito então a sua permanência nessa escola, e um ensino de qualidade.

O CIEP, como dito anteriormente, foi projetado para receber todos os públicos que ali chegarem, e a preocupação com o bem estar e segurança dos alunos é claramente perceptível. Na concepção de todos entrevistados, o CIEP 236 se faz uma instituição de excelência na educação de pessoas com necessidades especiais, sendo requisitado normalmente e freqüentemente para ser palco de estágios de formação de professores, eu também me englobo entre essas pessoas a procurar a escola, e sendo bem recebida e assistida em todo período que ali estive.

³ Conselho Estadual de Educação (CEE).

Começando pela entrada, onde se percebe que as salas de aulas são coloridas, proporcionando um ambiente desafiador e agradável para a busca de novos conhecimentos, quanto pelo carinho e cuidado de deixar expostos os trabalhos realizados pelos alunos, para que todos possam ver e admirar. Não seria redundante afirmar que todos que ali trabalham o fazem com organização, dedicação e carinho.

Todos profissionais são especializados em educação especial, e existe uma preocupação e apoio da direção para que os professores participem de eventos, palestras, cursos que possam ajudar no conhecimento e também na reabilitação dos alunos.

Mensalmente, os professores dessa escola fazem cursos de especialização que são abertos também para a comunidade, que auxiliam na formação do profissional e também das famílias dessas crianças.

Outra característica que chamou a atenção é de que nessa escola existem classes regulares, mas a porcentagem de alunos especiais supera os alunos sem necessidades especiais evidentes. Portanto, todas as salas possuem alunos inclusos.

E a inclusão nem é mais vista como novidade, como diferencial, é o normal da escola, o cotidiano, como deveria ser em todas as escolas.

Em conversa com a Professora Carla⁴, Pedagoga e Especialista em Educação Especial, que leciona para uma turma de 8 (oito) alunos especiais, sendo um autista, no CIEP existem três salas especiais, incluindo a dela, que os alunos freqüentam dependendo do grau de comprometimento de sua necessidade.

Carla ainda comenta sobre seu aluno autista, um rapaz de 17 anos, que ao chegar à escola sequer entrava na sala de aula e que após vários estímulos, hoje ele possui seu caderno próprio, com suas atividades feitas. Concentra-se como os outros, apesar das dificuldades, senta e faz suas tarefas, além de pronunciar os nomes de seus colegas de classe e, em apenas

⁴ Os nomes citados foram trocados a pedidos dos entrevistados, para assim garantir anonimato.

alguns momentos, fica abaixado ao chão, isolado, ou imita os sons que ouve, como o som do rádio.

A Professora Lúcia, Pedagoga, leciona em uma alfabetização regular, com 17 alunos, sendo oito especiais como deficiente visual, hiperativo, com síndrome de down e um autista.

Lúcia não possui auxiliar em sua turma e seu aluno autista é um menino de nove anos de idade, que devido a sua interação com os outros alunos, apresentou um avanço significativo.

Mais uma prova que a interação, tantas vezes dita aqui como inclusão é fundamental para o desenvolvimento de todos, autistas ou não, e a tolerância as dificuldades do próximo, como neste caso, que auxiliam uns aos outros em prol de um objetivo maior, que é o conhecimento, a educação.

Apesar de esse seu aluno ser muito observador, e procurar imitar o que o colega está fazendo, atender quando é chamado, concentrar-se quando a professora está dando aula, ele não interage, não fala e nem emite sons, mesmo assim prova que está aprendendo, quando utiliza de maneira formidável, segundo a professora, o computador, escreve bem o ditado, reconhece cores, números e letras do alfabeto e ainda por cima, ao sair da sala, procura a mão de um amigo.

Lúcia, como todos os seus anos com experiência nesse trabalho, primeiro em salas de recursos, agora na educação especial, garante que todos acompanham sua aula, cada um a sua maneira, mesmo seu aluno autista.

Não é certo afirmar que o menino não interage em sala, quando a todo momento ele prova, de seu jeito, que ele aprendeu e põe em prática.

Lúcia também ressalta a importância, por vezes aqui destacadas, do poder conhecer a necessidade de seu aluno especial, e por isso faz questão de acompanhar o laudo médico para observar também o desempenho clínico de cada um. Informou ainda que os professores ali visitam, quando possível, centros de reabilitação para saber como anda o tratamento de seus alunos, obtendo uma troca entre a escola e esses locais.

Além da parceria importante, que frisa, entre o CIEP e o NAPS, onde o aluno são encaminhados para os atendimentos externos, contando também com o suporte pedagógico, seguindo o nível de conhecimento de cada aluno.

Mas uma vez tive contato com a turma regular da escola.

Dessa vez participei da aula de educação física com a Professora Isabel que é formada em Educação Física com Especialização em Psicopedagogia e em Psicomotricidade.

Nesse momento tive contato direto com as atividades e com a percepção do aluno autista em relação a elas. A aula foi realizada na quadra e todas as atividades direcionadas pela professora com o intuito de incluir todos os alunos. Nesse momento pude perceber o quanto o aluno autista interagia com os colegas, o quanto ele observava todos os movimentos e tentava imitá-los. No início pude perceber uma certa resistência em sentar e brincar no mesmo momento que os outros, mas após a professora sinalizar que ele deveria fazer o mesmo, ele a correspondia.

Durante uma conversa com a professora Isabela ela comentou a respeito dos avanços que Wagner teve durante esse ano e sobre os testes realizados com ele na própria escola. Segundo ela, Wagner possuía um comportamento autista padrão e que com a ajuda da turma e do seu tratamento progrediu muito. Hoje sabe escrever, se concentra, interage com os outros e brinca. Fatos esses que ele não sabia fazer até o início do ano.

Com relação aos testes disse que o que a instigou foi quando percebeu que ele sabia escrever, mas não sabia dar sentido ao que escrevia. Exemplo: sabia escrever bola, porém não sabia o que era uma bola. Isso norteou um trabalho da professora na sala de recursos da escola no intuito de que Wagner conhecesse o nome dos objetos e entendesse o que escrevia. Trabalho que obteve sucesso.

Pude ver o carinho, a atenção que a professora o trata, a vontade que tem de poder trabalhar mais com ele e assim como ela, todos ali têm essa preocupação, de realmente implantar uma educação de qualidade para seus alunos e as melhores condições de permanência, aprendizagem e

desenvolvimento possíveis para todos, inclusive para os profissionais que ali estão.

4.2 APAE-SG (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais)

O Movimento Apaeano, como assim é denominado, surgiu com as primeiras associações de familiares e amigos que se mostraram sensíveis e lançaram um olhar mais propositivo sobre as pessoas com deficiências. Convivendo com um Estado despercebido das necessidades de seus integrantes, tinham a missão de educar, prestar atendimento médico, suprir suas necessidades básicas de sobrevivência e lutar por seus direitos, na perspectiva da inclusão social.

Assim, no Brasil, essa mobilização social começou a prestar serviços de educação, saúde e assistência social a quem deles necessitassem, em locais que foram denominados como Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), formando uma rede de promoção e defesa de direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, que hoje conta com cerca de 250 mil pessoas com estes tipos de deficiência, organizadas em mais de duas mil unidades presentes em todo o território nacional.

O Movimento congrega atualmente a Fenapaes - Federação Nacional das APAEs, 23 Federações das APAEs nos Estados e mais de duas mil APAEs distribuídas em todo o País, que propiciam atenção integral a cerca de 250.000 pessoas com deficiência. É o maior movimento social do Brasil e do mundo, na sua área de atuação.

A APAE de São Gonçalo é uma instituição especializada que além do tratamento que oferece ainda possui uma escola especial em sua unidade.

Segundo a Orientadora Educacional, a Professora Maria⁵, a escola funciona em dois turnos, sendo que na parte da manhã com o EJA (maiores de quinze anos) e a tarde com o primeiro e segundo ciclos do Ensino Fundamental.

⁵ Os nomes citados foram trocados a pedidos dos entrevistados, para assim garantir anonimato.

As salas são pensadas exatamente para a clientela que ocupará aquele espaço. As turmas são divididas por grau de comprometimento e pelos avanços obtidos.

Na sala de atendimentos, pude ver a preocupação que a professora tem que esta seja o mais lúdica possível. Tudo muito bem enfeitado, colorido e organizado, com o objetivo motivar e despertar interesse aos alunos.

Todos os que freqüentam a escola fazem tratamento lá mesmo em horário inverso ao da aula.

A orientadora informou que não tem nenhum aluno autista na escola da APAE, só um aluno que estuda em uma escola externa, mas também no Município de São Gonçalo, a Escola Nossa Senhora da Paz. Sendo assim os autistas que freqüentam a APAE de São Gonçalo, só fazem o tratamento de reabilitação.

Então, é uma escola especial que trabalha com crianças que não são aceitas nas classes regulares dos colégios ou que os pais vêem a necessidade de uma escola especial por conta do descaso em outros locais.

Os professores entram na Instituição por contrato particular, levado em consideração o nível superior, a especialização e a prática docente. A maior parte dos profissionais tem formação acadêmica nas áreas afins e os poucos professores que não tem nível superior tem um curso de Extensão em Educação Especial que foi realizado na UFF (Universidade Federal Fluminense), o qual possui uma carga horária equivalente a nível superior até mesmo ao da especialização.

Na APAE o autista pode ser encaminhado tanto por um profissional da área de saúde quanto pelo colégio (o que é a situação mais improvável), para uma avaliação especializada. Lá, a equipe delimita quais os setores que o paciente deve passar para que assim possa ser feito um diagnóstico do caso em aproximadamente três meses de avaliação.

Esse diagnóstico é resultado também de um momento onde todos os profissionais se reúnem para estabelecer áreas de trabalho de cada setor, levando em conta o grau de comprometimento de cada um portador.

As maiorias dos alunos autistas passam pelos setores de fonoaudiologia, terapia ocupacional, musicoterapia, pedagogia e psicologia. O atendimento de cada setor é de aproximadamente uma hora e a reavaliação de cada paciente é em aproximadamente seis meses, onde são levados em consideração os avanços e retrocessos de cada paciente.

Entre a equipe de profissionais que ali atuam, existe uma grande e necessária interação e trocas de informações. Por vários momentos presenciei essas trocas de informações entre até mesmo nos corredores entre um atendimento e outro, troca tão importante para o melhor desenvolvimento das atividades e entendimentos dos alunos ali recebidos.

Durante as visitas a APAE pude conversar com a Professora Bianca, que trabalha diretamente com o grupo de autistas da unidade. Segundo ela, devido ao falta de aceitação dos autistas nos colégios, o que é contra a lei, mas que ainda existe, surgiu à idéia de se fazer uma sala direcionada para o tratamento pedagógico desses alunos. O objetivo é desenvolver gradativamente possibilidades para que o autista seja incluído no meio social, como autonomia e interação, podendo assim freqüentar uma escola seja ela inclusiva ou regular.

A professora também mencionou a importância que os pais possuem no tratamento e a dificuldade dos mesmos em entender o autismo.

Segundo ela, as maiores dificuldades dos pais são em entender a falta de contato social dos filhos e a demora nos avanços, fazendo com que os próprios sejam privados de uma vida social devido aos preconceitos existentes pelas pessoas.

Sendo assim, o acompanhamento dos pais no tratamento e a troca de informações entre a instituição e a família fazem parte do plano de atendimento.

Outro ponto comentado também foi sobre a inclusão dos autistas na escola. De acordo com Bianca, o aluno com comportamento padrão autista não tem condições de ser incluído em sala regular devido a parecer viver em um “outro mundo”, não atendendo e não entendendo o que as pessoas fazem ao seu redor. Seu comportamento seria muito diferente das crianças ditas normais, o que pode acarretar situações de total exclusão em sala de aula, o que distanciaria mais ainda da sociedade. Ou seja, o autista precisa estar em contato com as pessoas, mas a seu ver preferencialmente em uma turma especial, onde a probabilidade do profissional saber lidar melhor com suas características seria melhor e seus avanços maiores.

Quando na conversa falei sobre as necessidades que o autista poderia ter de freqüentar lugares ditos comuns, a professora afirmou que os próprios pais os afastam desses locais devido ao preconceito que sofrem e que sendo assim a probabilidade desses em freqüentar esses lugares são mínimas devida o afastamento que existe entre seu comportamento e o dos ditos normais.

Gostaria de ter visto, assim como no exemplo do CIEP que visitei anteriormente, essa preocupação com a interação do autista com a sociedade em sua volta. Mas o objetivo no trabalho da APAE com o autista é exatamente a percepção do espaço que este ocupa o mundo.

Através da atenção que a professora dá aos autistas pude perceber que o tratamento gira em torno de uma preocupação da mesma em que eles percebam que existem de fato pessoas a sua volta. Que isso seja despertado neles.

Através das leituras feitas, o que entendo é que nesse tratamento os métodos de trabalhos são padronizados e ritualizados, seguindo assim toda uma ordem para que o autista não se sinta perdido. Com isso, penso que por na maioria das vezes ser o único espaço onde o autistas tenha contato fora de casa, esse deveria ser mais explorado.

Todos que me receberam se mostraram muito solícitos a minha presença e interessados em me ajudar de alguma forma, tanto que

acompanhei o atendimento de um aluno tem laudo médico como autista, porém ainda está sendo avaliado pela APAE.

Vitor tem cinco anos de idade e possui muitas características de autismo, durante um dos atendimentos, insistia em um carrinho que eu jogava para ele há algum tempo e por algum momento consegui despertar alguma atenção, a qual jamais tinha sido vista pela professora.

Ele observou os movimentos que eu fazia com o brinquedo e começou a repeti-lo da mesma forma em minha direção e com a mesma intensidade. Vitor assim soube distinguir quando eu jogava de forma lenta e rápida e conseguiu repetir da mesma forma por um bom tempo. Ele conseguiu se concentrar de tal forma que quando aumentou seu ritmo, só precisou que eu falasse para ser mais devagar que ele atendeu ao meu pedido voltando assim ao ritmo anterior. Fato esse foi algo jamais visto pela professora, a qual disse não ter presenciado ainda avanços no seu tratamento.

Vitor não frequenta a escola e está na APAE desde agosto de desse ano.

De acordo com seus pais, ansiosos pelo tratamento do filho, Vitor não tinha contato algum com outras crianças devido ao seu comportamento.

Particpei também dos atendimentos realizados com José, de seis anos de idade e que não possui contato algum com as pessoas ao seu redor. É como se não existissem e também é super agitado, quando contrariado.

Durante os atendimentos pude ver que a única coisa que faz com que José se concentre é ver e folhear revistas. Ele só consegue sentar e ficar parado por algum tempo quando está com uma.

Em um dos dias houve a necessidade de que o atendimento de José fosse feito junto à outra criança de aproximadamente oito anos. Nesse dia a avaliação girava em torno da observação de como José se comportaria perante outra criança que o instigava a brincar a todo tempo. E o que presenciado foi uma indiferença por parte de José. Ou melhor, não existia outra criança ali para José. Seu comportamento foi o mesmo.

Segundo a professora, José é um autista com um alto grau de comprometimento e com isso tem tentado trabalhar a sua concentração.

As observações desses dois casos de crianças assistidas pela APAE, que não estudam, não possuem contatos com outras crianças diariamente, me fez retomar uma idéia recorrente a essa pesquisa, a inclusão.

Apesar da pouca idade de Vitor e José, pesquisas mostram a importância que, desde cedo, essas crianças interajam com outras crianças, que por mais que os avanços sejam lentos, em longo prazo se mostrariam significativos.

Não se pode temer o novo, nem a experimentação, é preciso estimular esses alunos, não importa a faixa etária.

Fico com as palavras de Cunha (2009), ao que se diz respeito ao aluno com autismo, pois este também é um aprendiz que elabora suas idéias, suas ações, sincronizando o funcionamento psíquico e a capacidade motora.

Cunha (2009) afirma que sua cognição possui plasticidade, altera estruturas, adapta-se a novas condições, mediada por estímulos.

Estímulos esses, que como em qualquer criança, construirão interesses e desejos que ajudarão a sua cognição, dentro das suas peculiaridades, das suas limitações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Podemos dizer que todo conhecimento que vem pelo amor possui a excelência da perfeição. Acima de tudo, quem aprende e quem ensina precisa antes do amor. Na verdade, todo conhecimento possui também a culminância da distinção quando se designa ao amor. O amor é a sublimação do saber.”

Cunha

O autismo ainda é um mistério para todos. Uma equipe de cientistas liderada pelo biólogo brasileiro Alysson Muotri, professor da Universidade da Califórnia em San Diego-EUA (ÉPOCA, Nov 2010) investigam a melhor maneira de tratar o autismo para amenizar suas características ou reverter para que a evolução da doença.

Mas até o conceito de doença é questionado se tratando do autismo.

Fato que o espectro autístico é realidade mais perto do nosso cotidiano que nós mesmos nem imaginamos ser.

Em nossa vida acadêmica, visando nos formar professores, vimos diferentes tipos de realidades, estudamos sobre diversos métodos, sobre grandes pensadores e nomes da educação, filósofos e suas maneiras de pensar o mundo.

Mas a Educação Especial, bem, está também está presente em nossa grade curricular, anteriormente de forma tímida e que com o passar do tempo e a evidente necessidade da área, vem se tornando assunto em pauta para todos aqueles disposto a ser tornar profissionais capacitados para exercer a profissão com esmero.

Qualquer reflexão sobre o futuro da educação, principalmente da educação especial, da formação de professores deverá estar atenta para os

movimentos e interações afetivas, entre outras palavras, é realmente necessário ter amor pela profissão.

É essencial para os educadores, e com isso digo toda a equipe de uma escola, se especializar e empenhar, conhecer esse aluno, suas necessidades, planejar qual a melhor maneira de abordar os conteúdos, adaptar estes conteúdos para que todos, mesmo que em tempo diferentes, entendam se sintam valorizados e aptos a tomar suas próprias opiniões.

Afinal, não dizemos sempre que o objetivo da educação é formar cidadãos críticos, que pensem em suas decisões por si próprios?

Observei que mais difícil que realmente matricular uma criança autista em uma escola, é garantir a permanência dessa criança e oferecer a ela uma educação de qualidade.

Apesar dessa dificuldade, existe uma preocupação geral para que seja possível sim, ter essa educação igualitária de direitos, proporcionando a todos os alunos, indiferentes de especiais ou não, a educação conforme especificada na lei maior da educação, e tantas vezes citada nessa pesquisa: Uma educação de direito a todos.

É certo do ser humano se sentir bem em um lugar que seja parecido com ele, que lhe agrade, então é preciso que o professor acolha esses alunos.

Com a mediação do professor, os alunos passam a respeitar atitudes, opiniões, conhecimentos e ritmos diferenciados de aprendizagem.

Uma escola que, acima de tudo considere que tem muito a oferecer a seus alunos, bem como acredite que a permanência dos mesmos trará benefícios não só para eles como também para si e para toda a comunidade.

É preciso quebrar paradigmas e aceitar esse desafio de rever sua práxis, renová-la, tornar um sonho possível.

6. BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. Constituição Federal Brasileira, 1988.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília: SEESP, 1994.
- _____. Lei número 7.853, de 24 de outubro de 1989.
- _____. Lei número 9.394/96. *Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional*, 1996.
- _____. Lei número 10.172/01. *Plano Nacional de Educação*, 2001.
- _____. Conselho Nacional de Educação/ Câmara de educação Básica. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*, Brasília: CE/CEB, 2001.
- CAVALCANTE, Meire. Como criar uma Escola Acolhedora. *Revista Nova Escola*, São Paulo, 2005, n° 180, p 52-57, Março 2005.
- CUNHA, Eugênio. Autismo e Inclusão: *Psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família*. Rio de Janeiro; Wak Editora, 2009, p 19-119.
- ----- . A sociedade em busca de mais tolerância. *Revista Nova Escola*, São Paulo, 2006, n° 196, p 34-36, Out. 2006.

- FERREIRA, Maria Elisa Couto e GUIMARÃES, Marly. *Educação Inclusiva*. DP&A Editora, 2003, p 107-120.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. - São Paulo; Paz e Terra, 1996, p 9-140.
- GARCIA, Regina Leite, ORG. *Crianças, essas conhecidas desconhecidas*. São Paulo: Editora DP&A / Lamparina, 2002. p 9-28.
- GLAT, Rosana, MACHADO, Katia e BRAUN, Patrícia. *Inclusão Escolar*. Texto Publicado nos Anais do XI Congresso Nacional da Fenasp, Niterói/RJ, 2006. p 221-228.
- GLAT, Rosana, PLETSCHE, Márcia Denise: Artigo: O papel da universidade frente às políticas públicas para educação inclusiva. *Revista Benjamin Constant*, Rio de Janeiro, ano 10, nº 29, 2004.
- MELLO, Ana Maria S. Ros. *Autismo: Guia Prático*. São Paulo; AMA; Brasília: CORDE, 2005, p 11-87.
- MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo: História, Deficiência e Educação Especial, Reflexões desenvolvidas na tese de doutorado: A Prática Pedagógica do Professor de Alunos com Deficiência Mental, Unimep, 2003.
- MOUSINHO, Renata e GIKOVATE, Carla. Espectro autístico e suas implicações educacionais. *Revista Sinpro*, Rio de Janeiro, 2004, nº 6, p 88-99, Maio de 2004.
- PINHEIRO, Carmen Lucia. Desafios do Relacionamento entre Alunos e Professores: Encontros e Desencontros. *Revista Sinpro*, Rio de Janeiro, 2004, nº 6, p 100-103, Maio de 2004.

- SCHWARTZMAN, José Salomão. *Autismo Infantil*. São Paulo; Memnon, 2003, p 3-147.
- STAINBACK, Susan e STAINBACK, William. *Inclusão: Um guia para educadores*. São Paulo; Artmed, 1999, p 69-85.
- SEGATTO, CRISTIANE. Autismo in vitro. *Revista Época*, São Paulo, 2010, edição 652, p 72, Novembro de 2010.
- SUPLINO, Maryse. Artigo: *Inclusão Escolar de alunos com autismo*. [S.l.: s. n., entre 2000-2010].
- UNESCO. *Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais*. Brasília: CORDE, 1994.

SITES ACESSADOS ENTRE JANEIRO DE 2010 A NOVEMBRO DE 2010

- www.afr.org.br
- www.ama.org.br
- www.autismo.com.br/
- www.autismonossahistoria.com.br
- www.educabrasil.com.br
- www.educacao.uol.com.br
- www.mec.gov.br
- www.saudeemdesenvolvimento.com.br